



RTN
2020

Agosto

Publicado em
29/09/2020

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional

Resultado do Tesouro Nacional

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central
Brasil – 2019/2020 – Valores Nominais

Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2019/2020								
Discriminação	Jan-Ago		Variação (2020/2019)		Agosto		Variação (2020/2019)	
	2019	2020	% Nominal	% Real (IPCA)	2019	2020	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	1.018.852	890.946	-12,6%	-15,0%	117.311	121.417	3,5%	1,0%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	185.838	171.697	-7,6%	-10,2%	23.113	19.314	-16,4%	-18,4%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	833.014	719.249	-13,7%	-16,1%	94.199	102.103	8,4%	5,8%
IV. DESPESA TOTAL	885.079	1.320.532	49,2%	45,1%	111.019	198.199	78,5%	74,3%
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-52.066	-601.283	-	-	-16.821	-96.096	-	-
Tesouro Nacional e Banco Central	79.674	-375.770	-	-	3.809	-85.902	-	-
Previdência Social (RGPS)	-131.739	-225.513	71,2%	66,7%	-20.630	-10.194	-50,6%	-51,8%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-1,1%	-12,8%	-	-	-	-	-	-

Memorando:								
Resultado do Tesouro Nacional	79.960	-375.355	-	-	3.843	-85.837	-	-
Resultado do Banco Central	-286	-415	45,0%	42,4%	-34	-65	92,2%	87,6%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-131.739	-225.513	71,2%	66,7%	-20.630	-10.194	-50,6%	-51,8%

Em agosto de 2020, houve déficit primário de R\$ 96,1 bilhões, frente a déficit de R\$ 16,8 bilhões em agosto de 2019 (valores nominais).

No acumulado até agosto de 2020, houve déficit primário de R\$ 601,3 bilhões frente a déficit de R\$ 52,1 bilhões em 2019 (valores nominais).

Importante destacar que o déficit recorde para o mês decorre das medidas de combate e dos efeitos da crise Covid-19.

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses
Brasil – 2012/2020 – R\$ Bilhões – A preços de ago/20 – IPCA

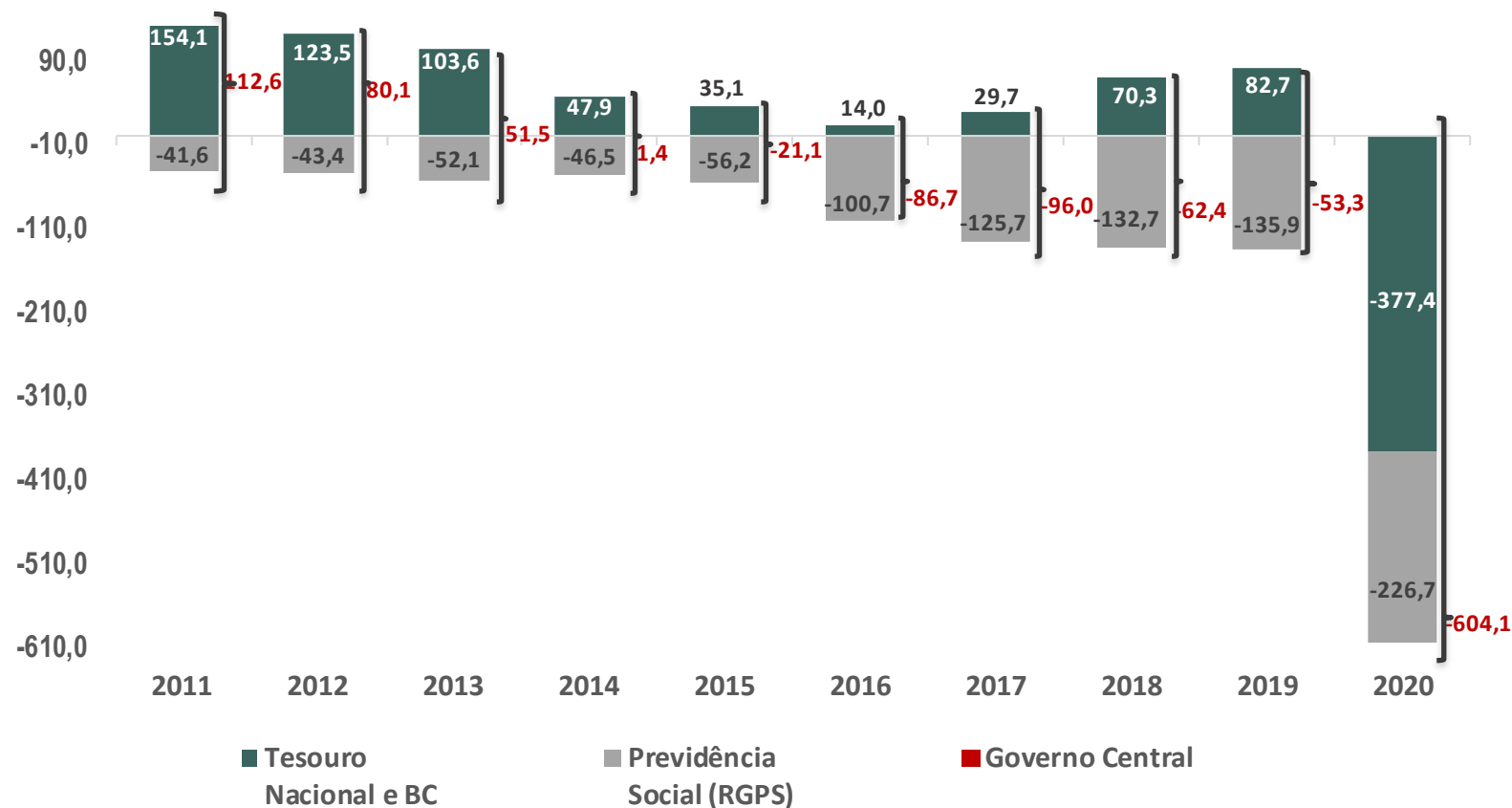


O resultado primário do Governo Central acumulado em 12 meses (até ago/2020) foi de **déficit de R\$ 647,8 bi**, equivalente a **8,96% do PIB**.

A atual **projeção de déficit primário** para o Governo Central é de **R\$ 871,0 bilhões** em 2020, próximo a **12,1% do PIB**.

Resultado Fiscal do Governo Central

*Resultado Primário do Governo Central – Acumulado no ano – Componentes
Brasil – 2011/2020 – R\$ Bilhões – A preços de ago/20 – IPCA*

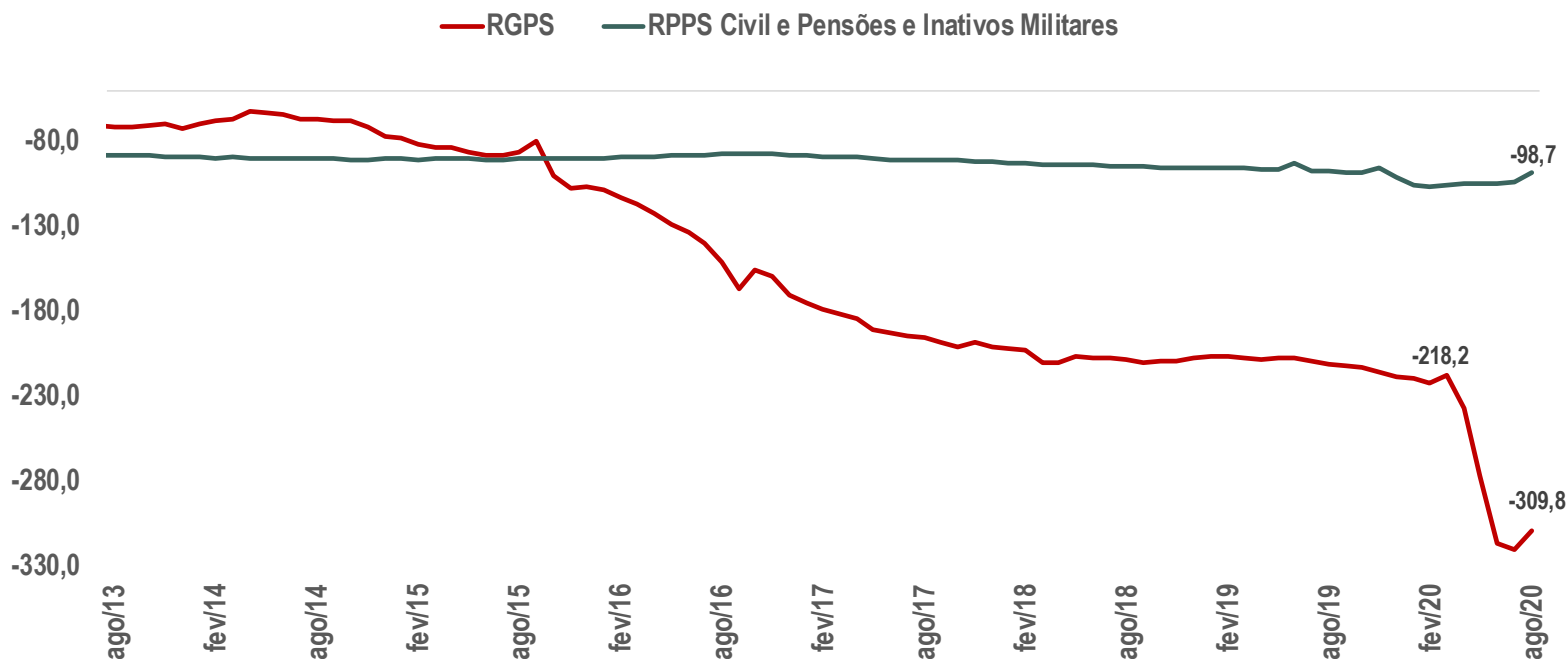


No acumulado até agosto de 2020, a **Previdência Social (RGPS)** registrou **déficit de R\$ 226,7 bilhões**, enquanto o **Tesouro Nacional** e o **Banco Central** apresentaram **déficit de R\$ 377,4 bilhões**.

A reversão dos superávits do Tesouro Nacional e Banco Central e o aprofundamento do déficit da previdência associam-se à crise Covid-19 .

Evolução do Resultado do RGPS, RPPS Civil, e Pensões/Inativos Militares

Comparativo dos Resultados: RGPS x RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares* Acumulado em 12 meses – Brasil – 2013/2020 – R\$ Bilhões – A preços de ago/20 - IPCA



Total do déficit **RGPS + RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares = R\$ 408,5 bilhões (5,7% do PIB)** no Governo Central no acumulado em 12 meses até agosto de 2020, a preços de ago/2020 – IPCA.

A deterioração no resultado do RGPS decorre do efeito conjunto da queda da arrecadação líquida para o RGPS e da antecipação do pagamento do 13º da previdência com impactos em abril, maio e junho.

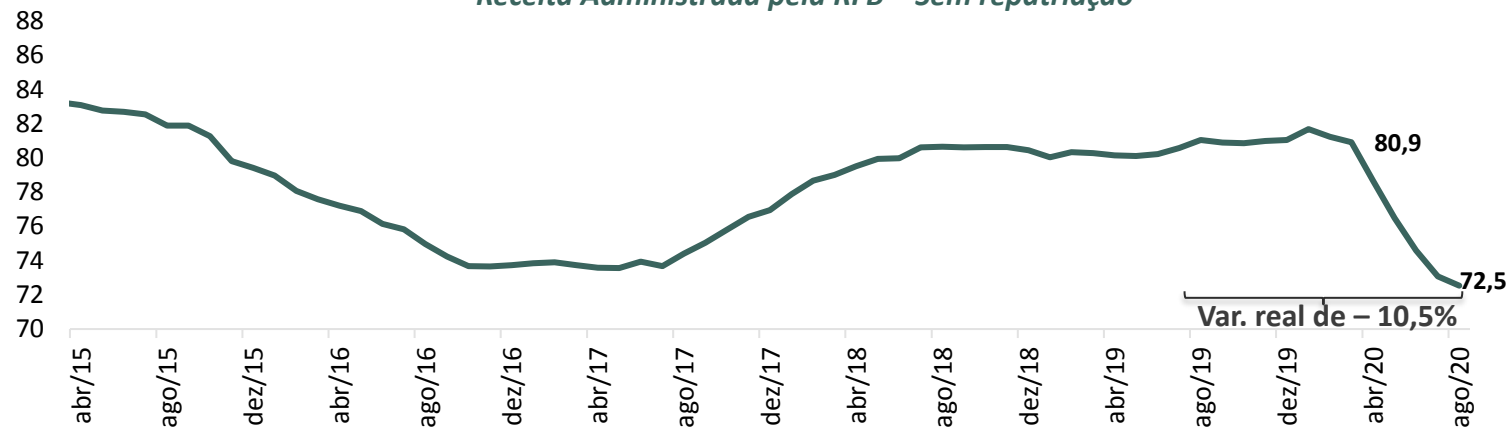
* Inclui FCDF.

Receitas do Governo Central

Receita Administrada e Arrecadação Líquida para o RGPS

Média Móvel Mensal (12 meses) – R\$ Bilhões – A preços de ago/20 - IPCA

Receita Administrada pela RFB – Sem repatriação

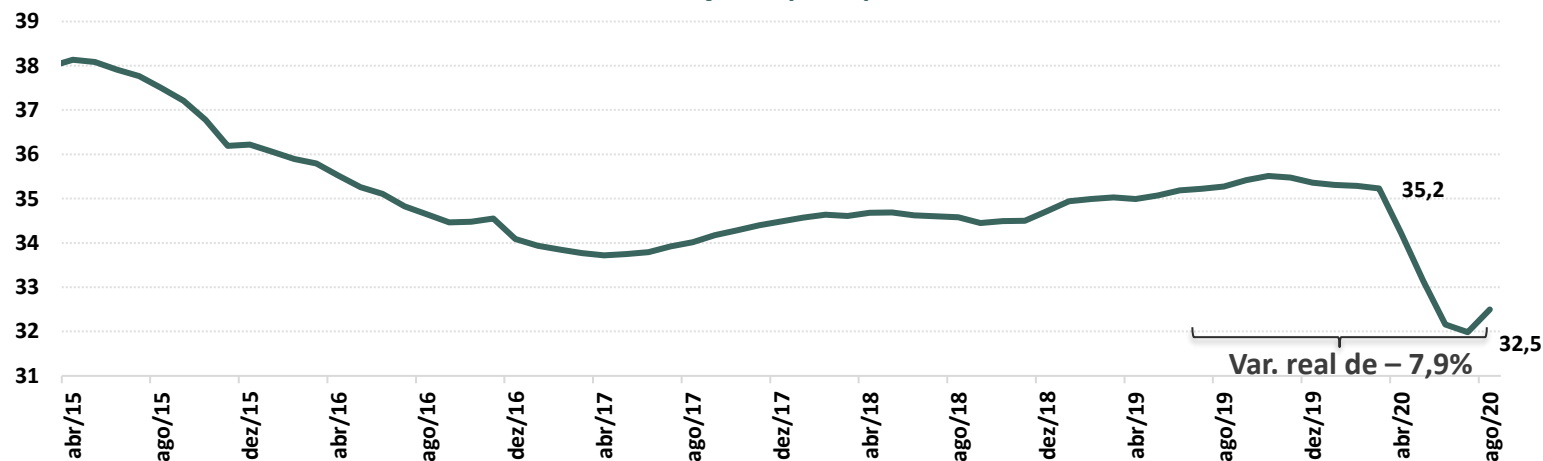


A média móvel em 12 meses da **Receita Administrada pela RFB** apresentou **redução real de 10,5%** em relação a agosto de 2019, enquanto a da **arrecadação líquida para o RGPS** caiu **7,9%** para o mesmo período.

A RFB estima que em agosto de 2020 tenha havido reversão de diferimentos de tributos da ordem de R\$ 17,3 bilhões enquanto a redução relativa à diminuição no IOF crédito tenha sido de R\$ 2,4 bilhões.

No acumulado até agosto de 2020, o diferimento totalizou R\$ 64,5 bilhões, enquanto a diminuição no IOF crédito chegou a R\$ 11,0 bilhões.

Arrecadação Líquida para o RGPS



Receitas do Governo Central

Resultado no Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Mensal – 2019/2020– A preços de ago/20 - IPCA – R\$ Milhões

R\$ milhões

Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2019/2020				
Discriminação	Agosto		Variação	
	2019	2020	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	120.171,7	121.417,3	1.245,6	1,0%
I.1 Receita Administrada pela RFB	75.311,0	68.795,5	-6.515,5	-8,7%
Imposto de Importação	3.879,0	3.544,9	-334,1	-8,6%
IPI	4.612,9	5.126,3	513,4	11,1%
Imposto de Renda	26.010,3	19.107,9	-6.902,4	-26,5%
IOF	3.649,7	919,5	-2.730,2	-74,8%
COFINS	22.794,5	27.194,1	4.399,6	19,3%
PIS/PASEP	5.981,1	7.467,7	1.486,6	24,9%
CSLL	6.045,7	3.761,3	-2.284,4	-37,8%
CIDE Combustíveis	252,4	215,8	-36,6	-14,5%
Outras	2.085,5	1.458,0	-627,5	-30,1%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	33.783,9	39.929,1	6.145,2	18,2%
Urbana	33.104,1	39.127,5	6.023,4	18,2%
Rural	679,8	801,6	121,7	17,9%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	11.076,7	12.692,7	1.615,9	14,6%
Concessões e Permissões	450,2	214,6	-235,7	-52,3%
Dividendos e Participações	769,1	633,5	-135,5	-17,6%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.103,5	1.426,4	323,0	29,3%
Exploração de Recursos Naturais	2.754,5	3.108,2	353,7	12,8%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.184,2	667,7	-516,5	-43,6%
Contribuição do Salário Educação	1.759,6	1.639,3	-120,3	-6,8%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	501,8	0,0	-501,8	-100,0%
Operações com Ativos	90,7	100,1	9,4	10,4%
Demais Receitas	2.463,2	4.902,9	2.439,7	99,0%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	23.676,1	19.314,0	-4.362,1	-18,4%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	96.495,5	102.103,2	5.607,7	5,8%

Em agosto de 2020, a **receita total** apresentou **elevação de R\$ 1,2 bilhão (1,0%) em termos reais**, frente a agosto de 2019.

A elevação decorreu do efeito conjunto da:

- **Receita Adm. pela RFB (- R\$ 6,5 bi)**
- **Arrec. Líq. para o RGPS (+ R\$ 6,1 bi)**
- **Rec. Não Adm. pela RFB (+ R\$ 1,6 bi)**

A **receita líquida** apresentou **elevação de R\$ 5,6 bilhões (5,8%)** em termos reais em relação a agosto de 2019.

Receitas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2019/2020– A preços de ago/20 - IPCA – R\$ Milhões

Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2019/2020					R\$ Milhões
Discriminação	Jan-Ago		Variação		
	2019	2020	Diferença	% Real (IPCA)	
I. RECEITA TOTAL	1.052.127,9	894.148,4	-157.979,5	-15,0%	
I.1 Receita Administrada pela RFB	658.792,4	556.495,1	-102.297,4	-15,5%	
Imposto de Importação	28.909,2	27.701,7	-1.207,5	-4,2%	
IPI	35.366,8	31.650,6	-3.716,1	-10,5%	
Imposto sobre a Renda	280.684,8	248.682,1	-32.002,7	-11,4%	
IOF	27.081,8	16.990,9	-10.090,9	-37,3%	
COFINS	162.553,5	126.936,0	-35.617,5	-21,9%	
PIS/PASEP	44.699,3	36.219,4	-8.479,9	-19,0%	
CSLL	62.008,6	52.410,6	-9.598,0	-15,5%	
CIDE Combustíveis	1.928,6	1.450,6	-478,0	-24,8%	
Outras Administradas pela RFB	15.559,8	14.453,0	-1.106,8	-7,1%	
I.2 Incentivos Fiscais	-49,0	-138,4	-89,4	182,4%	
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	268.207,0	233.863,5	-34.343,6	-12,8%	
Urbana	262.695,3	228.670,0	-34.025,3	-13,0%	
Rural	5.511,7	5.193,4	-318,3	-5,8%	
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	125.177,4	103.928,3	-21.249,1	-17,0%	
Concessões e Permissões	5.719,5	1.953,4	-3.766,0	-65,8%	
Dividendos e Participações	7.671,1	3.793,7	-3.877,4	-50,5%	
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	8.907,0	10.469,2	1.562,2	17,5%	
Exploração de Recursos Naturais	47.117,6	38.111,7	-9.005,8	-19,1%	
Receitas Próprias e de Convênios	11.090,1	8.588,2	-2.501,8	-22,6%	
Contribuição do Salário Educação	14.694,9	13.351,3	-1.343,7	-9,1%	
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	3.865,1	31,9	-3.833,3	-99,2%	
Operações com Ativos	799,2	949,1	149,9	18,8%	
Demais Receitas	25.313,0	26.679,8	1.366,8	5,4%	
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	191.912,1	172.342,6	-19.569,5	-10,2%	
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	860.215,8	721.805,8	-138.409,9	-16,1%	

No acumulado até agosto de 2020, a **receita total** apresentou **redução de R\$ 158,0 bilhões (15,0%) em termos reais**, frente a mesmo período de 2019.

Houve redução real nos três principais grupos da receita:

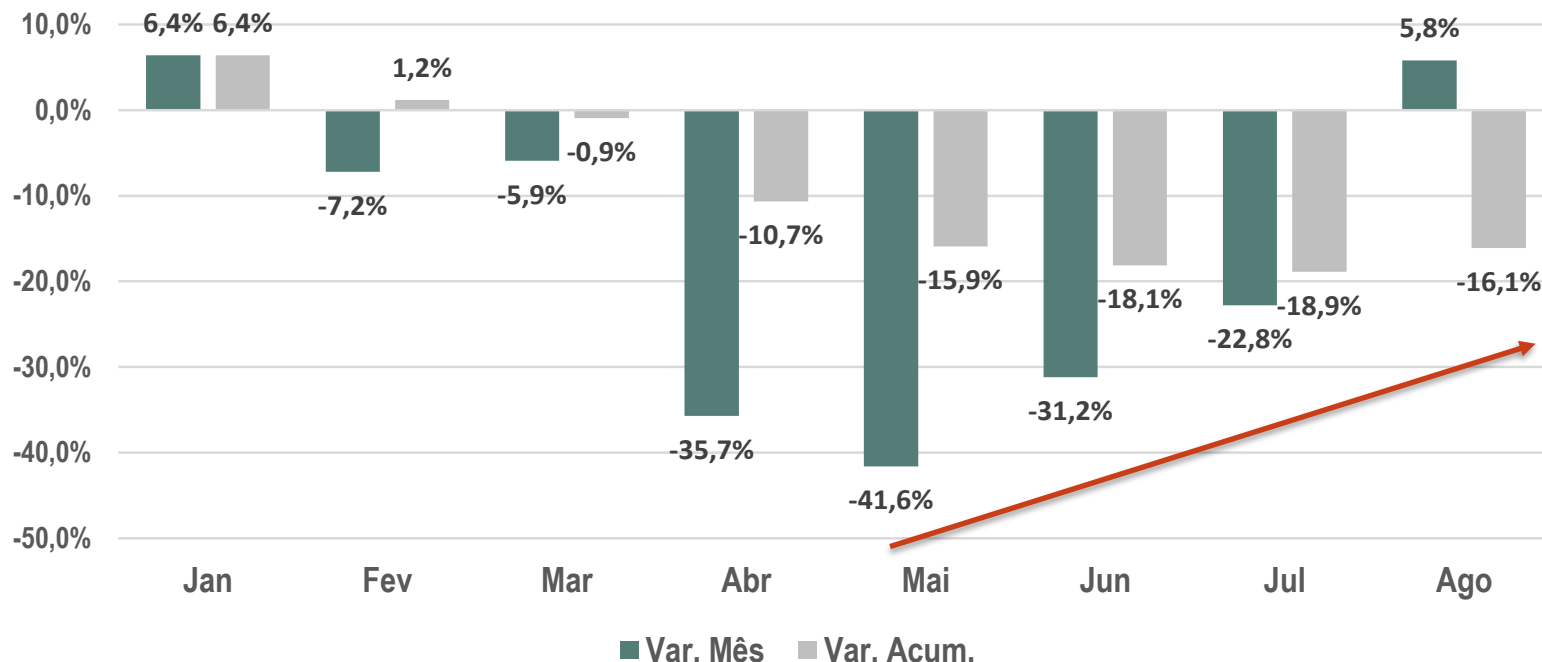
- **Rec. Adm. Pela RFB (- R\$ 102,3 bi)**
- **Arrec. Liq. Para o RGPS (- R\$ 34,3 bi)**
- **Rec. Não Administradas pelas RFB (- R\$ 21,3 bi)**

A **receita líquida** apresentou **redução de R\$ 138,4 bilhões (16,1%) em termos reais** frente ao mesmo período de 2019.

Receita Líquida do Governo Central

Variação Real Mensal e Acumulada no Ano

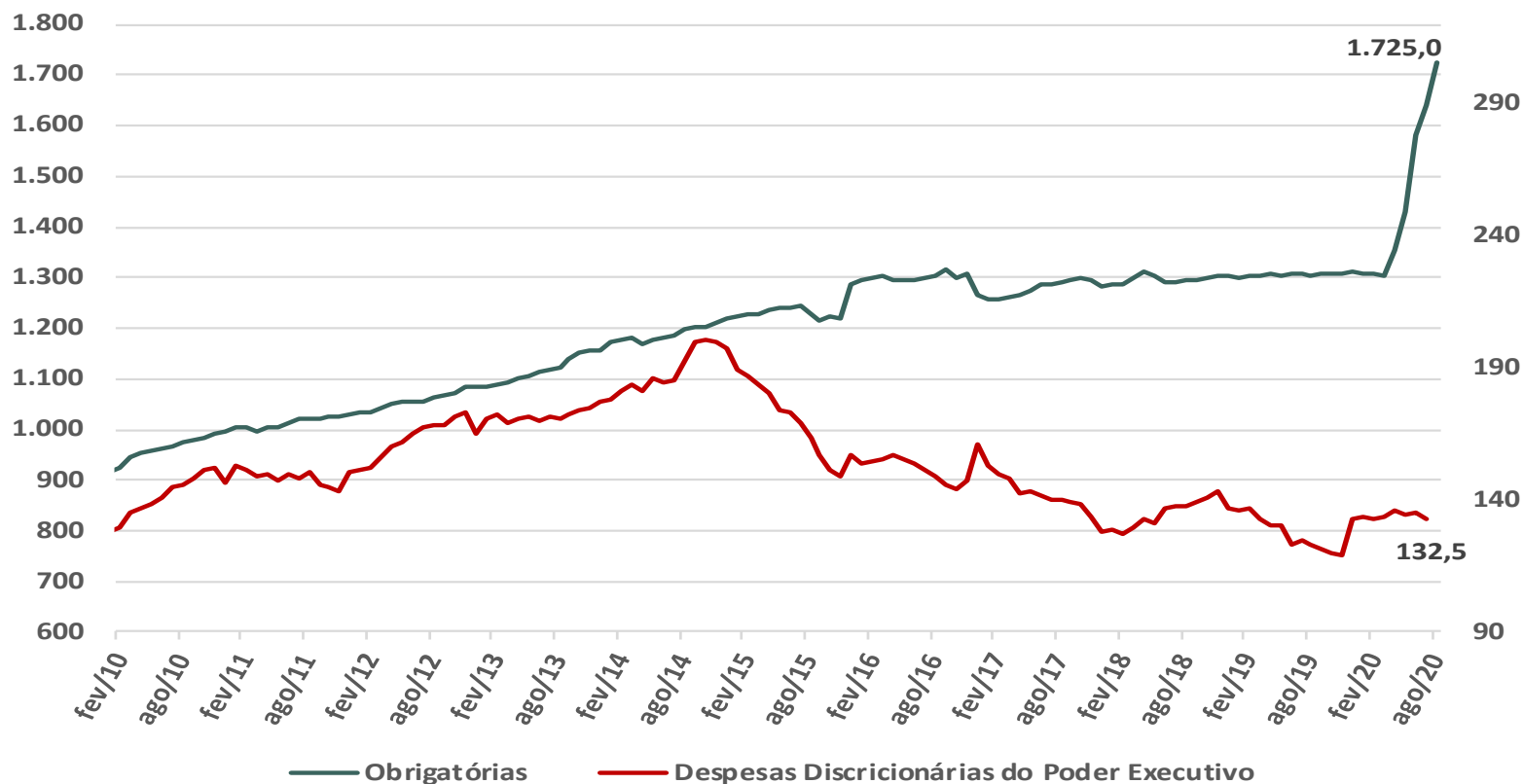
Brasil – 2019/2020– A preços de ago/20 - IPCA



A redução na receita líquida, decorrente dos efeitos da crise Covid-19, começa a apresentar reversão a partir de junho sendo o efeito acumulado de redução real de 16,1%.

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central – Acumulado 12 meses
Brasil - 2010 a 2020: R\$ Bilhões – A preços de ago/20 - IPCA*



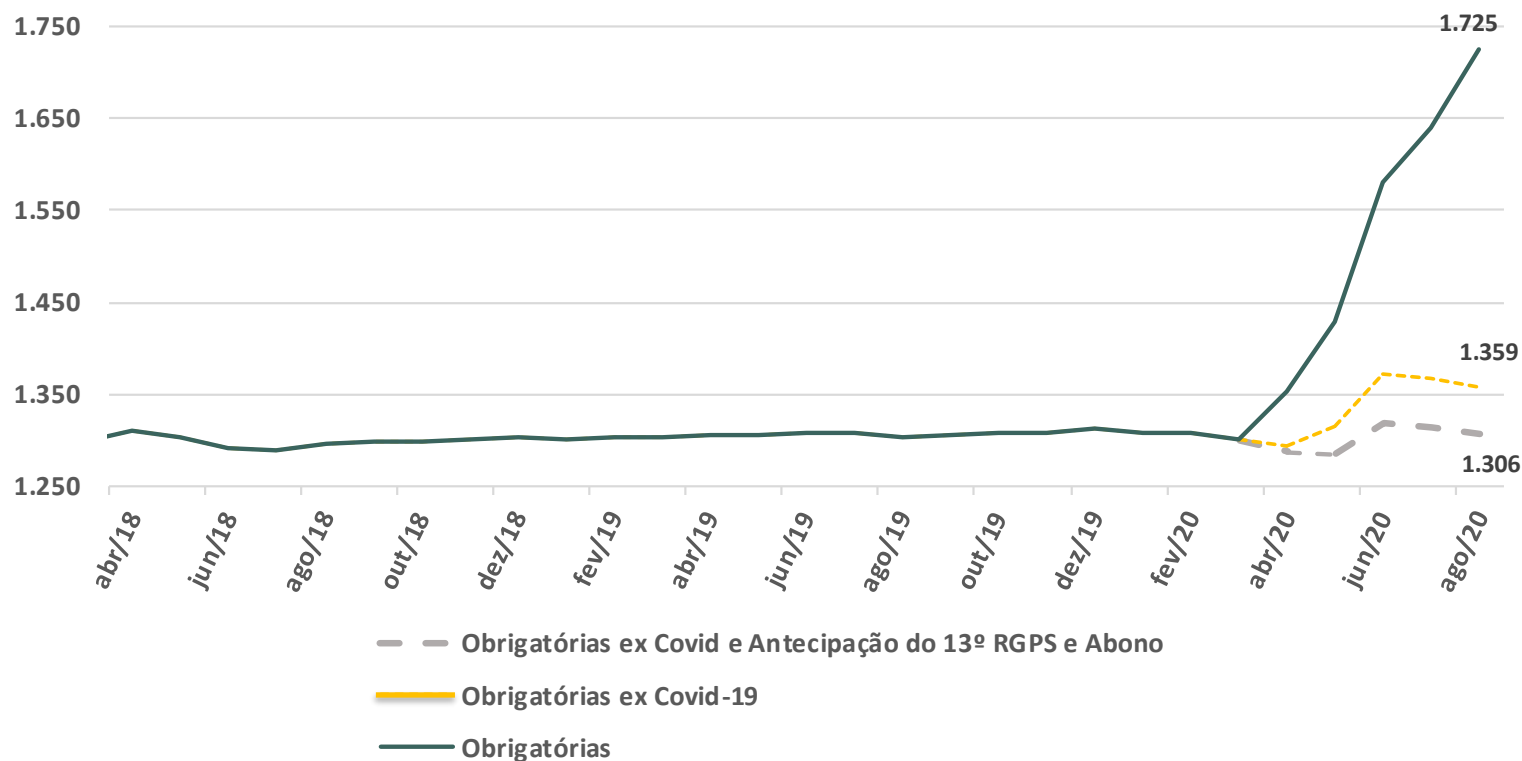
Importante destacar que as despesas referentes às políticas de combate à Covid-19 serão classificadas majoritariamente como obrigatórias. Essa classificação decorre do fato de que a execução de despesas via crédito extraordinário, mesmo que sejam discricionárias, acaba ganhando status de despesa obrigatória haja vista seu caráter emergencial.

Deve-se ressaltar que quase a totalidade dessas despesas, apesar de obrigatórias, não são de caráter continuado e devem permanecer circunscritas ao exercício de 2020.

* Desconsidera capitalização Petrobrás realizada em dezembro de 2010 e o pagamento a Petrobrás referente cessão onerosa de dezembro de 2020;

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central – Acumulado 12 meses
Brasil - 2018 a 2020: R\$ Bilhões – A preços de ago/20 - IPCA

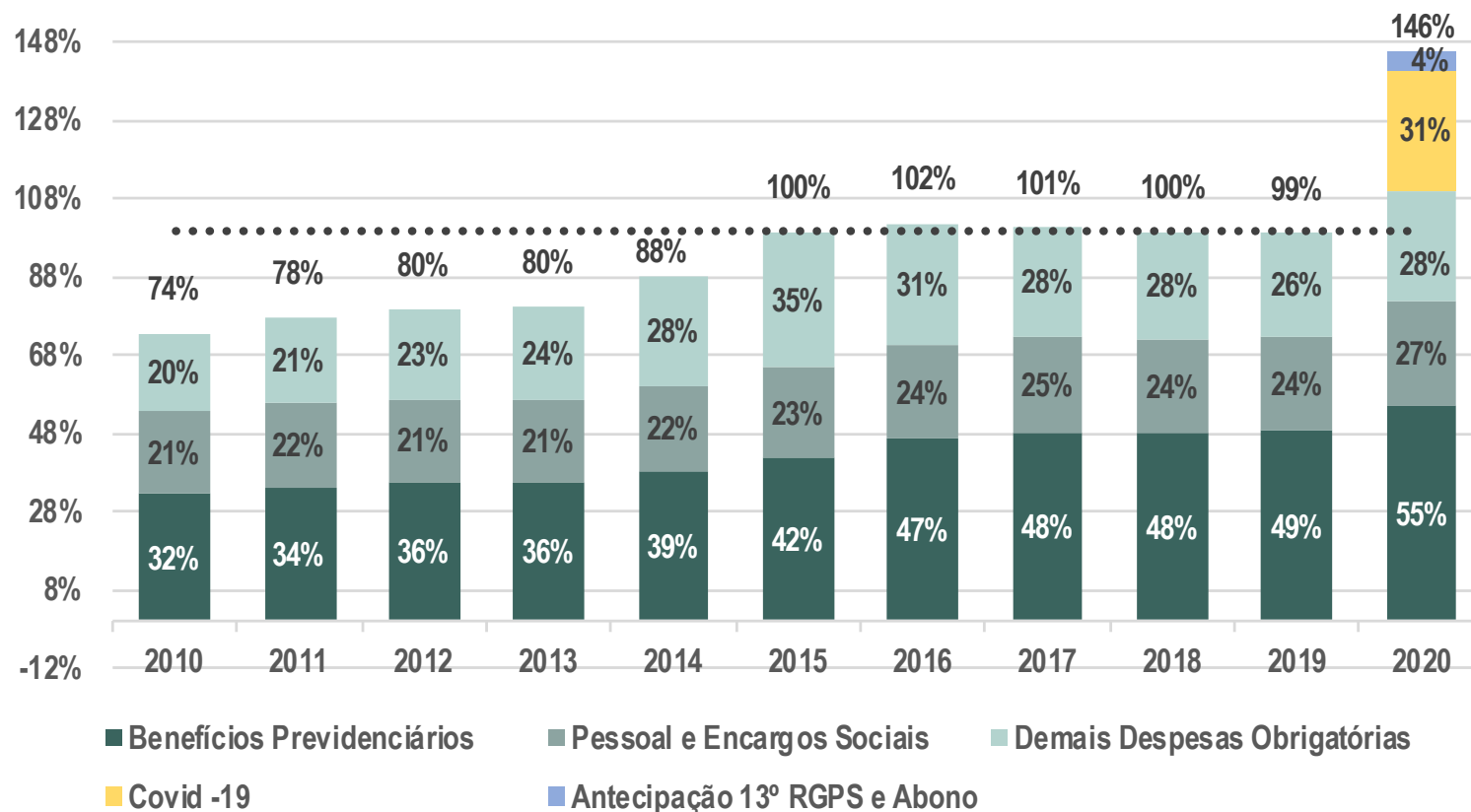


Excluídos os **R\$ 366,5 bilhões** de despesas em resposta à **crise Covid-19** e os **R\$ 52,7 bilhões** de antecipação no calendário de pagamentos dos 13º dos benefícios previdenciários e do abono salarial, as despesas obrigatórias acumuladas em 12 meses apresentariam trajetória estável.

A elevação das obrigatórias ex Covid-19 está associada a antecipação do 13º dos benefícios previdenciários e do abono salarial, cujo efeito deverá ser neutralizado até o final do exercício.

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas Obrigatórias como proporção da Receita Líquida** – Brasil*
 2010 a 2019: Anual; 2020: Acumulado em 12 meses até agosto



Desde 2015, as **despesas obrigatórias consomem a totalidade da receita líquida**.

O crescimento dos percentuais de 2020 em relação aos anos anteriores se deve às despesas relativas à Covid-19, antecipação de 13º do RGPS e abono e à forte queda da arrecadação.

*Despesas obrigatórias incluem despesas com controle de fluxo obrigatórias.

** Exclui as receitas da cessão onerosa.

Despesas do Governo Central

Resultado no Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Anual – 2019/2020– A preços de ago/20 – IPCA – R\$ Milhões

R\$ milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil -2019/2020				
Discriminação	Agosto		Variação	
	2019	2020	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	113.726,3	198.199,5	84.473,2	74,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	54.916,9	50.123,5	-4.793,4	-8,7%
Benefícios Previdenciários - Urbano	41.945,3	39.703,9	-2.241,4	-5,3%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	903,2	835,3	-67,9	-7,5%
Benefícios Previdenciários - Rural	12.971,5	10.419,5	-2.552,0	-19,7%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	281,2	220,7	-60,5	-21,5%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	24.196,0	24.501,2	305,2	1,3%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	193,6	415,3	221,8	114,6%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.765,1	105.965,2	92.200,1	669,8%
Abono e Seguro Desemprego	4.711,8	4.391,9	-319,9	-6,8%
Apoio Fin. EE/MM	0,0	15.234,6	15.234,6	-
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	5.068,3	5.178,7	110,4	2,2%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	501,8	0,0	-501,8	-100,0%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	112,7	64.730,6	64.617,9	-
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	709,8	698,2	-11,6	-1,6%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	1.040,9	1.118,3	77,4	7,4%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	913,1	774,5	-138,6	-15,2%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	158,1	212,1	54,0	34,2%
Subsídios, Subvenções e Proagro	112,5	13.184,8	13.072,3	-
Impacto Primário do FIES	25,6	-1,7	-27,3	-
Demais	410,6	443,2	32,6	7,9%
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	20.848,3	17.609,6	-3.238,7	-15,5%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	11.961,2	8.963,9	-2.997,3	-25,1%
Discrecionárias	8.887,1	8.645,7	-241,4	-2,7%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	24.595,8	100.696,8	76.101,0	309,4%
Outras Despesas de Custeio	21.775,7	91.695,3	69.919,7	321,1%
Outras Despesas de Capital	2.820,1	9.001,5	6.181,4	219,2%

Em agosto de 2020 contra mesmo período de 2019, a **despesa total apresentou elevação de R\$ 84,5 bilhões (74,3%) em termos reais.**

No mês de agosto as despesas em resposta à **crise Covid-19 totalizaram R\$ 93,1 bilhões**, concentrados majoritariamente na rubrica de “Créditos Extraordinários” (ver slide seguinte).

Houve ainda R\$ 15,2 bilhões em Apoio Fin. a EE;MM e R\$ 13,1 bilhões executados no âmbito do PESE.

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

Despesas do Governo Central

relacionadas ao combate ao COVID-19^{1,2} apurados pelo critério de "valor pago"

Brasil – Anual – 2020 – valores nominais – R\$ Milhões

Discriminação	fev-mar/20	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	Total
DESPESAS PRIMÁRIAS	1.038,4	59.405,4	53.358,0	96.820,9	62.760,6	93.103,2	366.486,5
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais - Ativo civil	0,0	0,3	0,7	7,9	20,7	40,8	70,4
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	0,0	0,3	0,7	7,9	20,7	40,8	70,4
II.3.3 - Apoio Fin. Municípios / Estados	0,0	1.030,0	937,5	19.676,3	18.295,0	15.234,6	55.173,4
Auxílio Emergencial aos Estados, Municípios e DF	0,0	1.030,0	937,5	19.676,3	18.295,0	15.234,6	55.173,4
II.3.08 - Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1.038,4	40.973,5	52.164,5	76.878,9	57.518,0	64.719,1	293.292,3
Ampliação do Programa Bolsa Família	0,0	113,1	144,0	112,2	0,0	0,0	369,3
Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	0,0	35.780,9	41.077,2	44.682,0	45.875,2	45.338,7	212.754,0
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	0,0	325,5	6.505,8	7.113,1	4.291,7	4.093,4	22.329,5
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	1.038,3	4.753,9	4.437,5	4.071,6	7.351,1	10.287,0	31.939,3
Fundo Garantidor de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas	0,1	-	-	20.900,0	-	5.000,0	25.900,1
II.3.19.27 - Demais Subsídios e Subvenções	0,0	17.000,0	0,0	0,0	-13.090,0	13.090,0	17.000,0
Concessão de Financiamento para Pagamento de Folha Salarial	0,0	17.000,0	0,0	0,0	-13.090,0	13.090,0	17.000,0
II.3.21 - Transferências Multas ANEEL	0,0	400,0	250,0	250,0	0,0	0,0	900,0
Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético	0,0	400,0	250,0	250,0	0,0	0,0	900,0
II.4.1.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo - Benefícios a servidores públ	0,0	0,0	0,0	0,3	4,4	1,2	5,9
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	-	-	0,0	0,3	4,4	1,2	5,9
II.4.2 - Discricionárias	0,0	1,6	5,3	7,5	12,5	17,4	44,4
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	0,0	1,6	5,3	7,5	12,5	17,4	44,4
DESPESAS FINANCEIRAS	0,0	0,0	0,0	379,1	9,4	30,0	418,5
DESPESAS TOTAIS "COVID-19"	1.038,4	59.405,4	53.358,0	97.200,0	62.770,0	93.133,2	366.904,9

Em agosto de 2020 as despesas em resposta à **crise Covid-19** totalizaram **R\$ 93,1 bilhões**.

As principais despesas foram (i) auxílio emergencial aos Estados, Municípios e DF (ii) auxílio emergencial a pessoas em situação de vulnerabilidade, (iii) despesas adicionais dos ministérios e (iv) Concessão de Financiamento para Pag. De Folha Sal.

No acumulado até agosto, as despesas primárias em resposta à **crise Covid-19** totalizaram **R\$ 366,5 bilhões**.

A série mensal das despesas em resposta à crise Covid-19 está disponível no conjunto de tabelas das séries históricas do RTN.

1. Antecipações de despesas como o 13º relativo aos benefícios previdenciários, por exemplo, não estão incluídos nessa apuração.
2. Para detalhamento ver: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19> e https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06

Despesas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2019/2020– A preços de ago/20 - IPCA – R\$ Milhões

R\$ Milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil -2019/2020				
Discriminação	Jan-Ago		Variação	
	2019	2020	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	913.481,6	1.325.890,2	412.408,6	45,1%
IV.1 Benefícios Previdenciários	404.152,3	460.534,7	56.382,4	14,0%
Benefícios Previdenciários - Urbano	318.552,0	368.538,4	49.986,4	15,7%
Benefícios Previdenciários - Rural	85.600,3	91.996,3	6.396,0	7,5%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	210.125,1	209.678,5	-446,6	-0,2%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	141.909,2	510.017,9	368.108,7	259,4%
Abono e Seguro Desemprego	38.598,4	43.647,7	5.049,3	13,1%
Apoio Fin. EE/MM	0,0	55.348,6	55.348,6	-
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	40.855,7	41.952,9	1.097,2	2,7%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	3.865,1	31,9	-3.833,3	-99,2%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	2.953,5	294.883,3	291.929,9	-
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	7.743,5	6.848,4	-895,1	-11,6%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	11.236,7	11.386,2	149,5	1,3%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	7.252,9	6.544,9	-708,0	-9,8%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	14.971,4	21.882,1	6.910,7	46,2%
Subsídios, Subvenções e Proagro	10.267,7	23.789,9	13.522,2	131,7%
Impacto Primário do FIES	1.323,1	-215,1	-1.538,2	-
Demais	2.841,1	3.917,1	1.075,9	37,9%
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	157.295,0	145.659,0	-11.636,0	-7,4%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	92.143,0	80.860,1	-11.282,9	-12,2%
Discricionárias	65.152,0	64.798,9	-353,1	-0,5%
Outras Despesas de Custeio e Capital*	207.645,4	545.923,6	338.278,3	162,9%
Outras Despesas de Custeio	182.704,5	494.145,7	311.441,2	170,5%
Outras Despesas de Capital	24.940,9	51.777,9	26.837,0	107,6%

Memorando:

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

No acumulado até agosto de 2020 contra mesmo período de 2019, a **despesa total cresceu R\$ 412,4 bilhões (45,1%) em termos reais.**

Nesse período as despesas em resposta à **crise Covid-19 totalizaram R\$ 366,5 bilhões.**

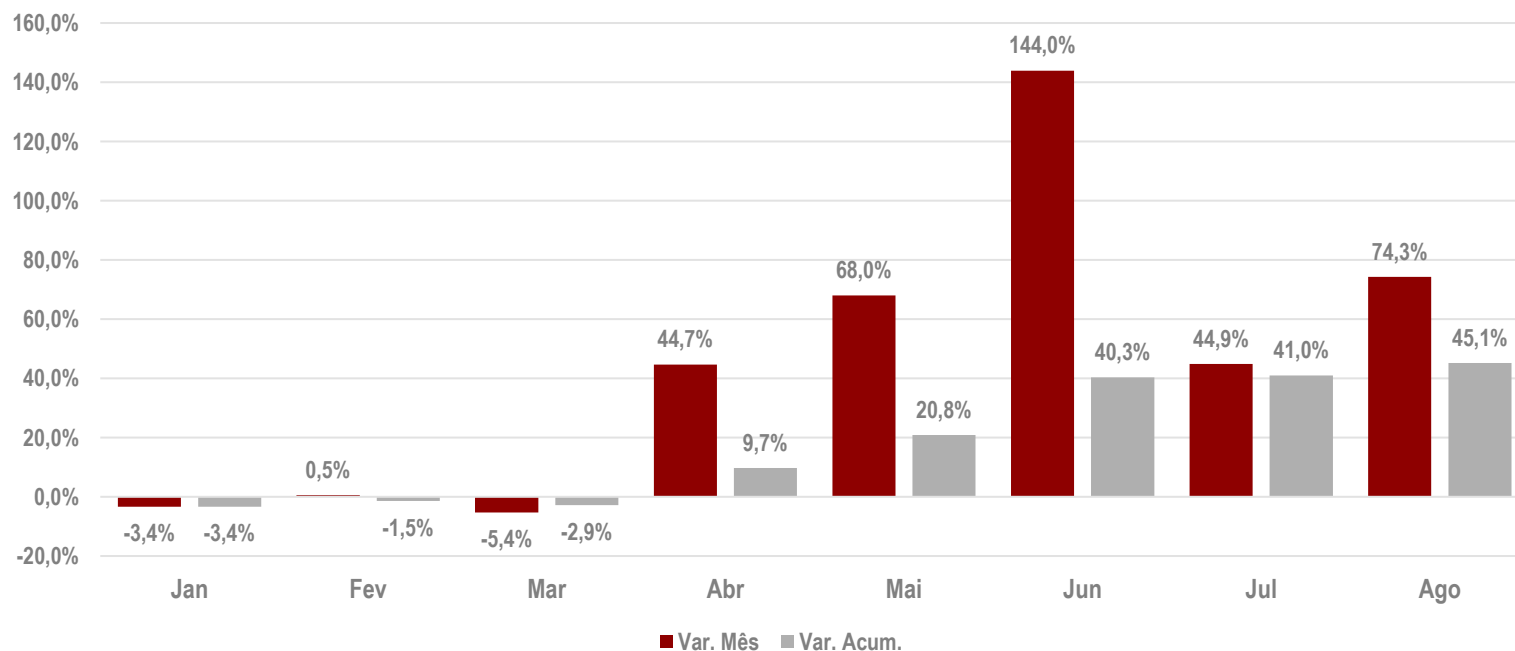
A elevação nos gastos com benefícios previdenciários está associada às antecipações de 13º dos benefícios previdenciários.

A redução nas despesas obrigatórias com controle de fluxo se deve a redução nos pagamentos dos benefícios do bolsa família (substituição temporária pelo auxílio emergencial).

Despesas do Governo Central

Variação Real Mensal e Acumulada no Ano

Brasil – 2019/2020 – A preços de ago/20 - IPCA



A elevação na despesa, decorrente dos efeitos da crise Covid-19, teve seu ápice em junho sendo o efeito acumulado em agosto de crescimento real de 45,1%.

Execução Financeira do Governo Central

Despesas do Executivo sujeitas à programação financeira

Empoçamento – Posição agosto/2020

R\$ Milhões – Valores Correntes

Discriminação	Limites de Pagamento	Pagamentos Realizados	Empoçamento
Ministério da Cidadania	21,4	9,9	11,4
Ministério da Saúde	74,5	68,8	5,6
Ministério da Educação	22,4	17,2	5,2
Ministério da Economia	8,9	6,9	2,0
Ministério do Desenvolvimento Regional	6,9	5,0	1,9
Ministério da Defesa	13,6	11,7	1,9
Demais	32,7	27,5	5,2
Total	180,4	147,2	33,2

Em agosto de 2020 o **empoçamento** totalizou **R\$ 33,2 bilhões** (18,4% do limite de pagamento), implicando redução de R\$ 1,1 bi em relação ao mês anterior.

A rigidez alocativa explica grande parte do empoçamento.

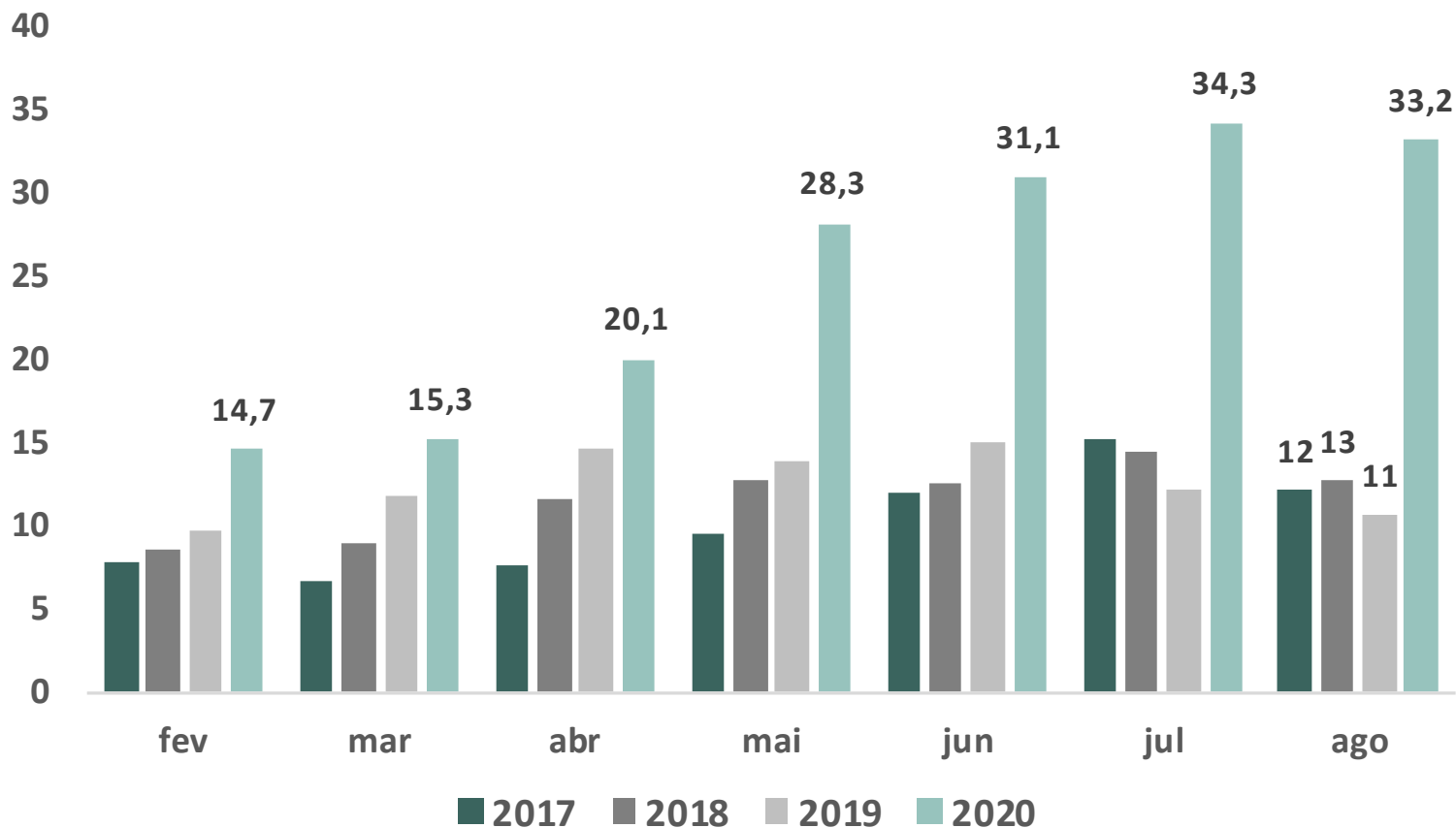
Mínimos constitucionais (saúde, educação), vinculações e outras despesas obrigatórias (emendas impositivas) exemplificam a rigidez alocativa.

Execução Financeira do Governo Central

Despesas do Executivo sujeitas à programação financeira

Empoçamento – Posição agosto/2020

R\$ Milhões – Valores Correntes



Em agosto de 2020, o empoçamento totalizou R\$ 33,2 bilhões, contra R\$ 34,3 bilhões em julho.

A rigidez alocativa explica grande parte do empoçamento.

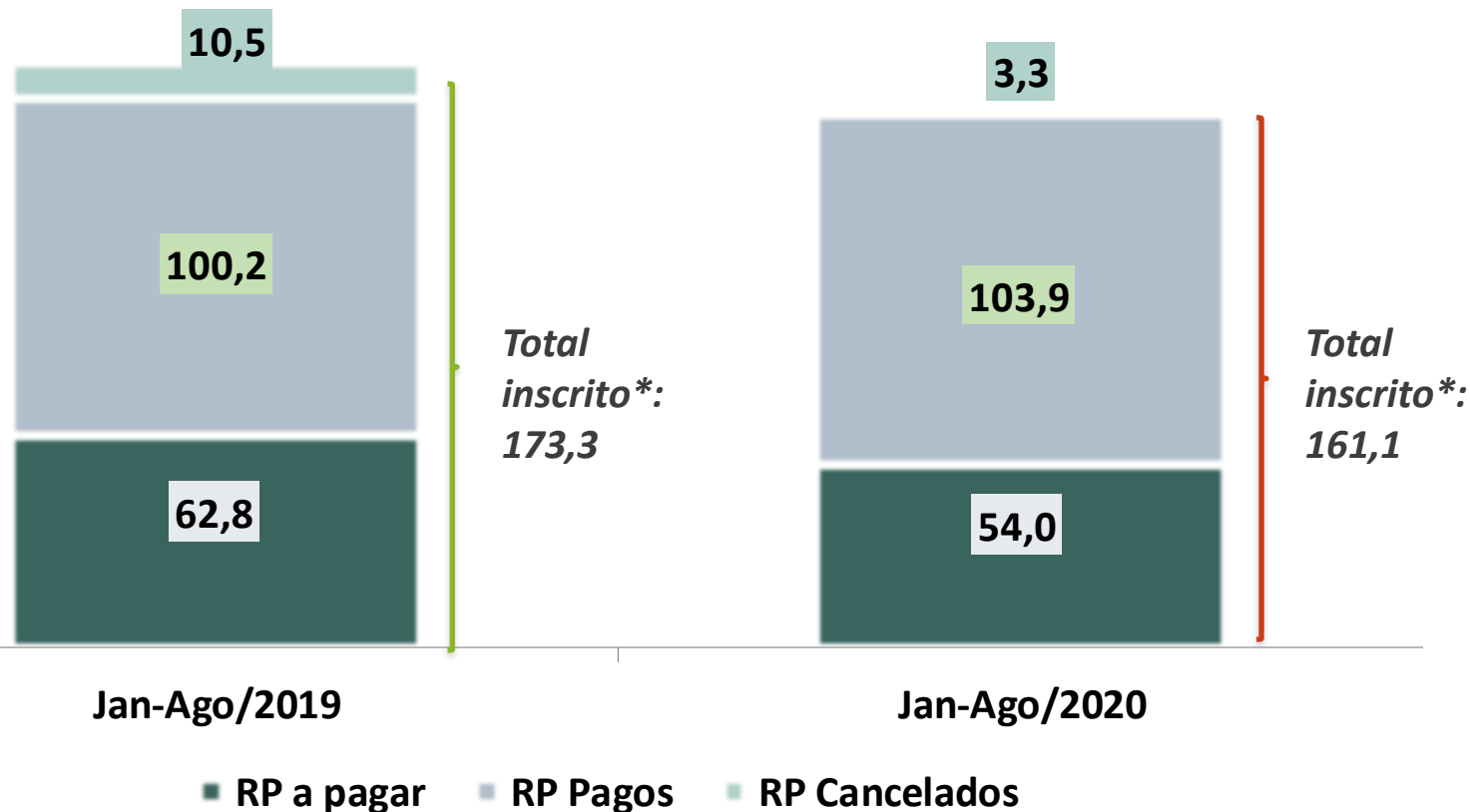
O empoçamento em agosto de 2020 foi superior ao de agosto de 2019 (R\$ 10,7 bi), de 2018 (R\$ 12,8 bi) e de 2017 (R\$ 12,1 bi).

A diferença de nível entre o empoçamento de 2020 e os anos anteriores pode ser explicada pela execução a menor do Bolsa Família e pela nova sistemática de execução de emendas do relator.

Despesas do Governo Central

Execução de Restos a Pagar*

Brasil – 2019/2020 – Acumulado no ano – R\$ bilhões – Valores Correntes



O montante de **restos a pagar (RAP) pagos** (excetuados os RAP financeiros) inscritos em 2020 correspondeu a **R\$ 161,1 bilhões**, contra **R\$ 173,3 bilhões** no ano anterior.

Em **dezembro de 2019** houve cancelamento de **R\$ 11,7 bilhões** (Decreto nº 9.428/2018).

• Exclui Restos a Pagar Financeiros. Para informações adicionais ver:
<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-dos-restos-a-pagar/2020/114>

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2019/2020 – Preços Correntes

PAINEL DO TETO DE GASTOS



Pagamento total em 2019



R\$ 1.373.170.488.224,91

Limite Para 2020



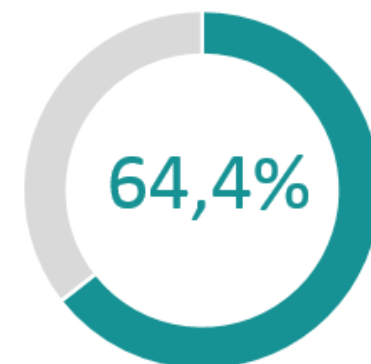
R\$ 1.454.946.093.279,51

Pagamento acumulado em 2020

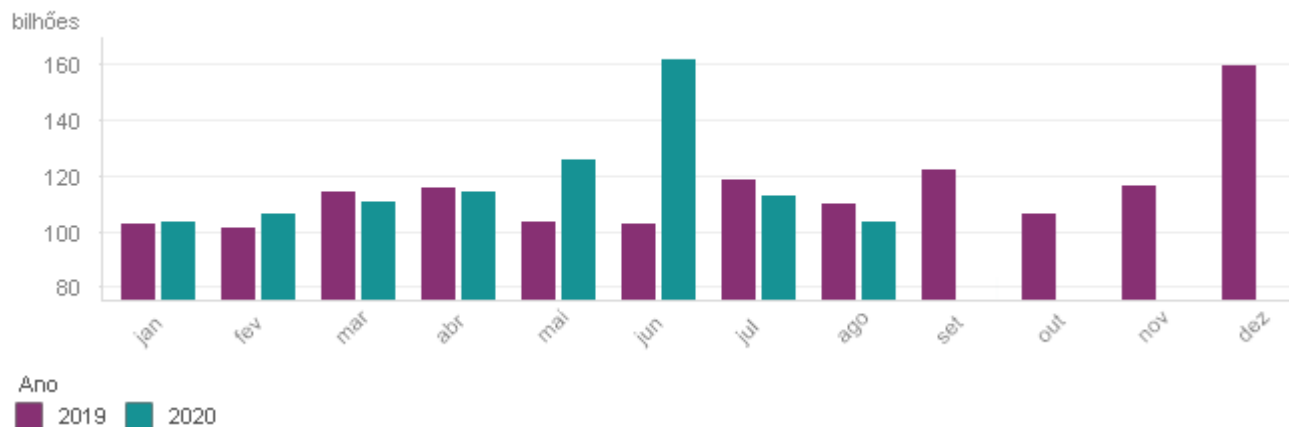


R\$ 937.559.686.500,71

% do teto atingido



Pagamento total - Fluxo mensal (R\$)



Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2020 – R\$ Milhões – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão			
Discriminação	Acum. 2020	PLOA 2020 - valores máximos de programação (ADCT - Art. 107 § 3º)	% Executado
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	937.560	1.454.946	64,4%
II.1 Poder Executivo	898.653	1.391.955	64,6%
II.2 Poder Legislativo	7.577	12.570	60,3%
II.2.1 Câmara dos Deputados	3.521	6.038	58,3%
II.2.2 Senado Federal	2.782	4.444	62,6%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.275	2.088	61,1%
II.3 Poder Judiciário**	26.844	43.267	62,0%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	406	646	62,8%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	930	1.518	61,2%
II.3.3 Justiça Federal	6.838	11.197	61,1%
II.3.4 Justiça Militar da União	335	546	61,4%
II.3.5 Justiça Eleitoral	4.450	7.378	60,3%
II.3.6 Justiça do Trabalho	12.057	19.088	63,2%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.707	2.697	63,3%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	121	197	61,5%
II.4. Defensoria Pública da União	320	548	58,4%
II.5 Ministério Público da União	4.165	6.606	63,1%
II.5.1 Ministério Público da União*	4.120	6.522	63,2%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público*	45	84	54,1%

* Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de agosto de 2020 e o acréscimo de R\$ 121,0 milhões ao limite estabelecido pelo PLOA conforme decisão cautelar do Acórdão nº 3072/2020 TCU.

** Considera o acréscimo de R\$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2019/2020 – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão

Discriminação	Jan-Ago		Variação Nominal % (b/a)	Margem de Enquadramento (PLOA)
	2019 (a)	2020 (b)		
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	868.513	937.560	7,9%	6,0%
II.1 Poder Executivo	828.838	898.653	8,4%	6,2%
II.2 Poder Legislativo	7.680	7.577	-1,3%	6,1%
II.2.1 Câmara dos Deputados	3.600	3.521	-2,2%	7,1%
II.2.2 Senado Federal	2.790	2.782	-0,3%	5,7%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.290	1.275	-1,1%	4,1%
II.3 Poder Judiciário**	27.484	26.844	-2,3%	-1,2%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	431	406	-5,8%	-6,9%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	892	930	4,2%	6,7%
II.3.3 Justiça Federal	7.102	6.838	-3,7%	-0,4%
II.3.4 Justiça Militar da União	335	335	-0,1%	2,2%
II.3.5 Justiça Eleitoral	4.554	4.450	-2,3%	2,0%
II.3.6 Justiça do Trabalho	12.365	12.057	-2,5%	-3,7%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.705	1.707	0,1%	1,1%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	99	121	22,5%	1,5%
II.4. Defensoria Pública da União	341	320	-6,1%	3,5%
II.5 Ministério Público da União	4.171	4.165	-0,2%	1,9%
II.5.1 Ministério Público da União*	4.118	4.120	0,0%	2,0%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público*	54	45	-15,3%	-3,9%

* Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de agosto de 2020 e o acréscimo de R\$ 121,0 milhões ao limite estabelecido pelo PLOA conforme decisão cautelar do Acórdão nº 3072/2020 TCU.

** Considera o acréscimo de R\$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.

A margem de enquadramento é o percentual de crescimento nominal em 2020, na comparação com a despesa paga em 2019, das **despesas sujeitas ao teto** que cada poder/órgão pode apresentar para **cumprir o limite da EC 95**.

Em outras palavras, é o quanto a despesa de cada poder/órgão pode crescer de 2019 para 2020 sem que se ultrapasse o teto (base de 2016 atualizada pela inflação).

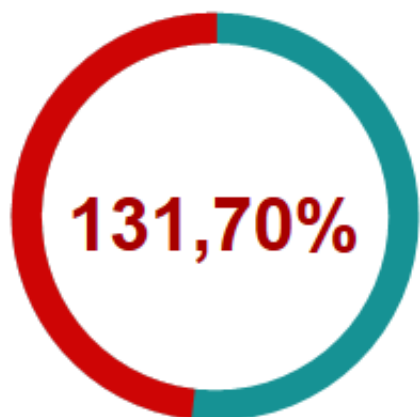
Regra de Ouro*

Art. 167 da Constituição Federal

Selecione o mês
de referência

ago/20 ▼

% da despesa coberta com
receita considerada



Margem de suficiência
dos últimos 12 meses
(em bilhões)

R\$ -340,51

Denomina-se Regra de Ouro os dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida). Todos os valores expostos estão em bilhões de reais (R\$)

	No Mês	No Ano	Últimos 12 meses
Despesas de Capital	134,56	842,78	1.074,04
Receita Considerada	143,86	1.037,13	1.414,56
Receitas de Operações de Crédito	142,94	826,84	1.110,66
(-) Variação do colchão da dívida	-0,92	-210,29	-303,89
Resultado	-9,30	-194,36	-340,51

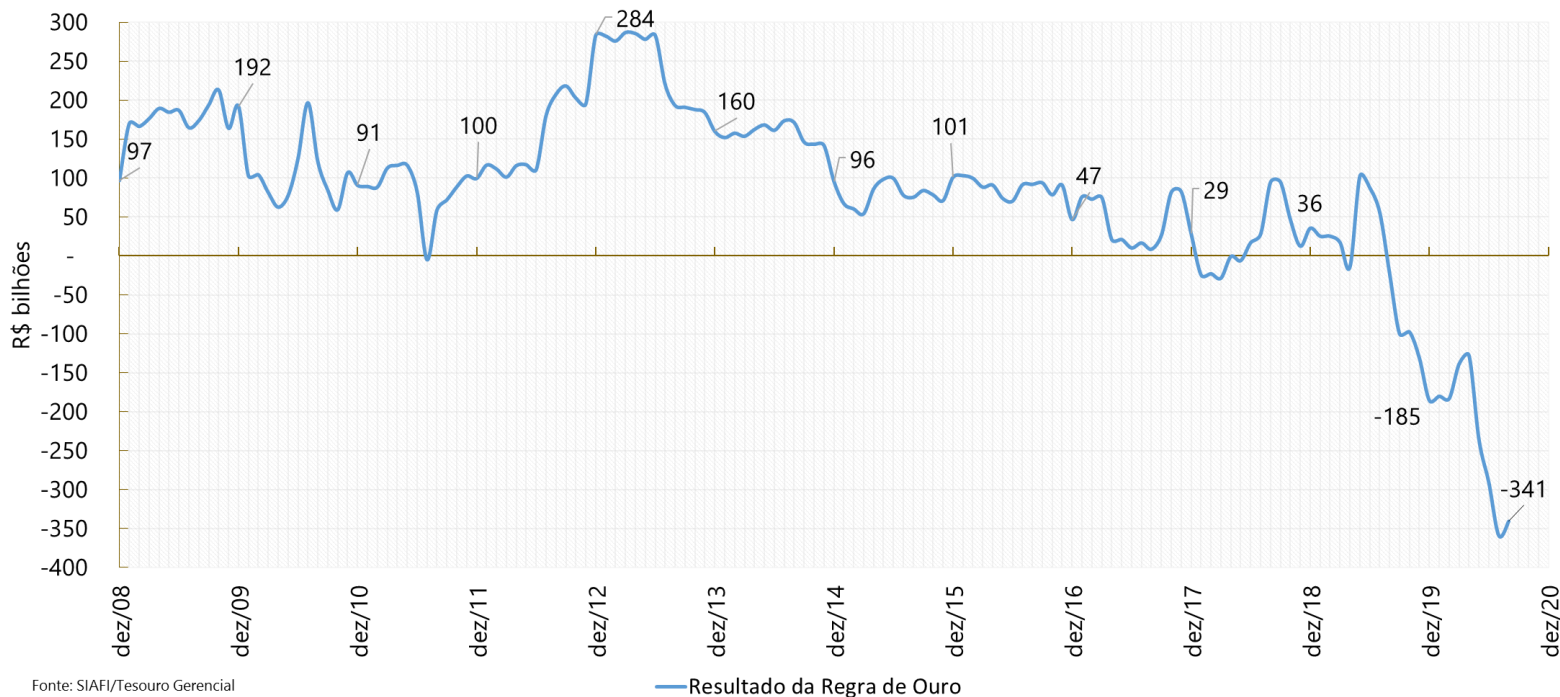
*Em virtude da Emenda Constitucional n 106 (Orçamento de Guerra), o cumprimento da Regra de Ouro está dispensado durante o exercício financeiro de 2020.

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

*Suficiência da Regra de Ouro: (Despesa de Capital – Receita com Op. de Crédito)
2008 a 2020: Acumulado em 12 meses – R\$ Bilhões – A preços correntes*

Avaliação da Suficiência para Cumprimento da Regra de Ouro



No acumulado em 12 meses até agosto/2020, as receitas de operação de crédito superaram as despesas de capital em **R\$ 340,5 bilhões**.

O cumprimento da **Regra de Ouro** é verificado em **bases anuais** no Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Modernização: Governança

Regras de Liberação de Recursos

Contextualização

Em 22 de setembro a STN publicou a Portaria nº 507*, **disciplinando os procedimentos operacionais para solicitações e liberações de recursos financeiros pela Secretaria do Tesouro Nacional aos órgãos setoriais do Sistema de Administração Financeira Federal.**

Esta iniciativa está inserida no **processo contínuo de aperfeiçoamento da Governança da STN** na sua função de Órgão Central do Sistema de Administração Financeira Federal.



Aperfeiçoamento de Governança

Regras de Liberação de Recursos

Principais Objetivos

A nova portaria **visa regular o processo das solicitações e liberações de recursos financeiros** aos Órgãos Setoriais do Sistema de Programação Financeira da Administração Pública Federal e, consequentemente:

- **mitigar riscos** e possibilitar **segurança na operacionalização** das liberações financeiras;
- **auxiliar no planejamento financeiro dos órgãos**, com vistas ao cumprimento dos parâmetros estabelecidos no Decreto de Programação Orçamentária e Financeira.

A portaria define **regras de alçada para as liberações financeiras** e estabelece maior **transparência nas interações com os órgãos setoriais**.

Modernização: Sistema de Pagamento

Lançamento do 

O **PagTesouro*** é uma plataforma de pagamentos de serviços para o Governo Federal, com processamento instantâneo de informações, com vistas a disponibilizar diversos meios de pagamento em complementação ao boleto de Guia de Recolhimento da União (GRU).

Modelo Atual



- **Tempo:** Demora na compensação da GRU;
- **Complexidade:** Dificuldade na escolha da GRU que deve ser paga (Simples, Cobrança etc);
- **Burocracia:** Dificuldade no preenchimento da GRU (UG, Código de recolhimento e Número de Referência)

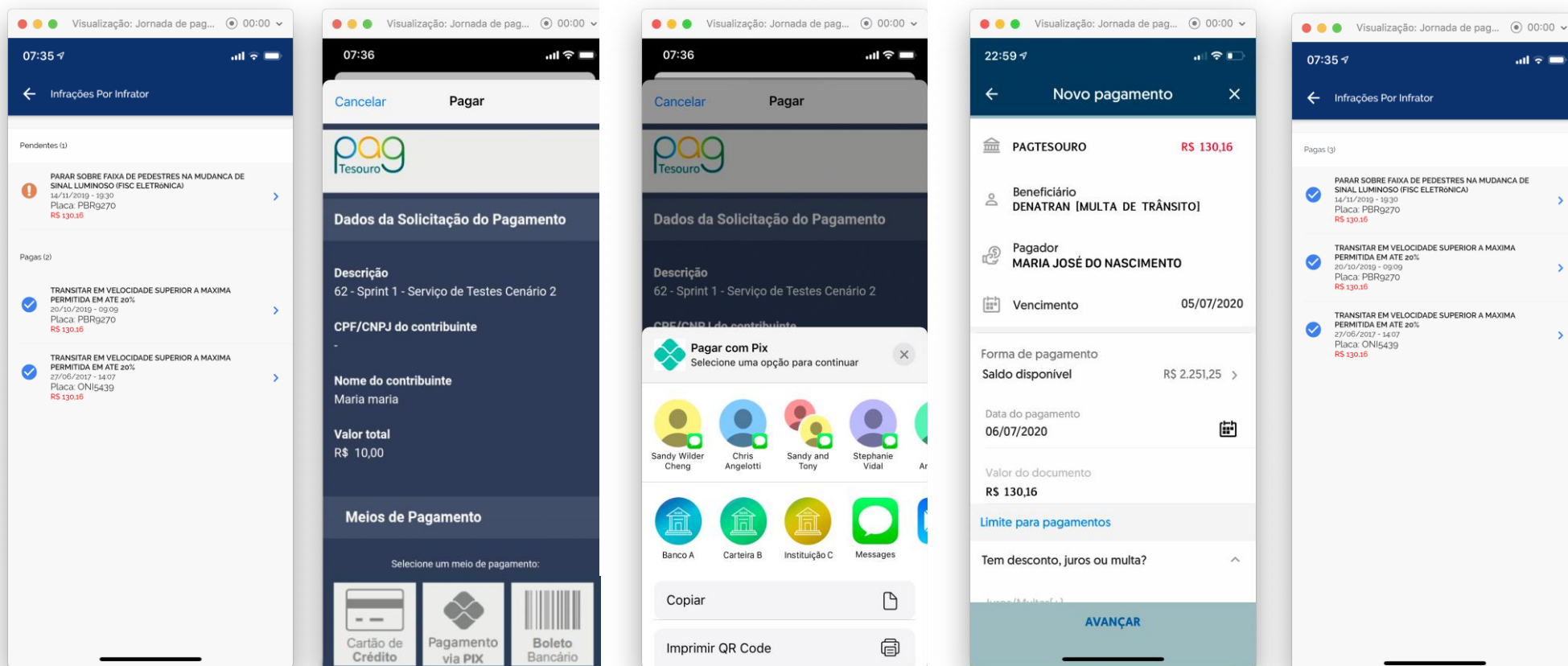
- **Tempo:** pagamento online a União e confirmação instantânea da transação;
- **Acesso:** Ampliação da rede arrecadadora (inclusive o PIX);
- **Burocracia e complexidade:** Dispensa o preenchimento de informações do boleto de GRU (UG, Gestão, Código de Recolhimento)

* Instituído pelo Decreto nº 10.494, de 23 de setembro de 2020.

Aperfeiçoamento de Governança

Lançamento do

Pagamentos via celular



Aperfeiçoamento de Governança

Lançamento do Tesouro

Grandes números do processo

Valor arrecadado em 2019 que poderá
ser impactado no projeto



R\$ 120,3 BI

35.186.735 Guias emitidas

Arrecadação por tipo de GRU (x 1.000)

Cobrança	R\$ 23.417.429	19,47%
Simples	R\$ 48.269.107	40,13%
Judicial	R\$ 791.288	0,66%
Depósito	R\$ 46.776.800	38,89%
DOC/TED	R\$ 1.014.254	0,84%

Quantidade de órgãos e UGs que arrecadaram via GRU em 2019

Órgãos
arrecadadores

258

Unidades
Gestoras

3213



TESOURO NACIONAL

O **@tesourownacional**
também está no LinkedIn!

Acompanhe a gente nas redes.

Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores Correntes

			Valores Correntes			
	Mês	Primário	Mês	Acumulado Ano	Mês	Acumulado 12 meses
1º	ago/06	6.271,5	ago/08	74.850,5	ago/11	117.798,8
2º	ago/08	6.267,6	ago/11	69.071,3	ago/08	81.219,0
3º	ago/98	5.747,9	ago/12	51.569,4	ago/12	74.389,2
4º	ago/10	3.863,1	ago/07	51.282,0	ago/13	68.582,9
5º	ago/05	3.781,7	ago/06	47.649,5	ago/05	55.193,1
6º	ago/07	3.663,5	ago/05	46.764,3	ago/06	53.558,4
7º	ago/04	3.460,1	ago/04	40.912,6	ago/07	52.380,7
8º	ago/09	3.382,7	ago/13	35.164,3	ago/04	45.408,2
9º	ago/00	3.271,9	ago/03	34.584,5	ago/10	45.168,3
10º	ago/99	2.643,4	ago/10	29.163,6	ago/03	43.166,8
11º	ago/11	2.537,3	ago/09	23.431,7	ago/14	37.567,6
12º	ago/03	2.487,5	ago/02	22.995,0	ago/01	23.776,2
13º	ago/01	2.389,3	ago/01	21.853,3	ago/02	22.878,8
14º	ago/97	1.587,3	ago/00	19.059,3	ago/00	21.913,2
15º	ago/12	1.385,3	ago/99	17.310,3	ago/09	20.019,6
16º	ago/02	1.324,1	ago/98	8.783,0	ago/99	16.104,4
17º	ago/13	-335,3	ago/97	4.591,8	ago/98	5.991,9
18º	ago/15	-5.706,3	ago/14	572,8	ago/15	-41.437,0
19º	ago/17	-10.111,0	ago/15	-17.381,8	ago/18	-96.256,1
20º	ago/14	-10.647,3	ago/19	-52.065,5	ago/19	-113.548,0
21º	ago/19	-16.820,6	ago/18	-58.738,8	ago/17	-172.024,7
22º	ago/18	-19.657,4	ago/16	-75.995,1	ago/16	-179.115,6
23º	ago/16	-20.302,3	ago/17	-86.744,2	ago/20	-644.282,7
24º	ago/20	-96.096,3	ago/20	-601.283,5		

Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores de ago/20

R\$ Milhões - Valores de Ago/20 - IPCA						
	Mês	Primário Real (IPCA)	Mês	Acumulado Ano	Mês	Acumulado 12 meses
1º	ago/98	21.119,8	ago/08	143.610,6	ago/11	195.416,2
2º	ago/06	13.020,1	ago/11	112.564,1	ago/08	156.384,9
3º	ago/08	11.764,8	ago/07	103.553,1	ago/05	121.283,1
4º	ago/00	10.546,3	ago/05	102.050,3	ago/12	116.407,4
5º	ago/99	9.189,8	ago/06	99.207,4	ago/06	111.914,0
6º	ago/05	8.152,8	ago/04	95.943,8	ago/03	110.699,3
7º	ago/04	7.908,3	ago/03	86.385,6	ago/04	106.970,0
8º	ago/07	7.300,8	ago/12	80.147,6	ago/07	105.920,4
9º	ago/01	7.237,9	ago/01	67.986,0	ago/13	101.337,4
10º	ago/10	6.650,0	ago/02	66.664,9	ago/10	79.280,5
11º	ago/03	6.093,6	ago/00	63.146,1	ago/01	74.212,8
12º	ago/09	6.084,2	ago/99	61.355,5	ago/00	73.141,5
13º	ago/97	5.981,1	ago/13	51.467,8	ago/02	66.534,4
14º	ago/11	4.073,4	ago/10	50.787,3	ago/99	56.893,2
15º	ago/02	3.732,7	ago/09	42.702,9	ago/14	53.524,1
16º	ago/12	2.113,2	ago/98	32.343,3	ago/09	36.661,7
17º	ago/13	-482,2	ago/97	17.449,5	ago/98	21.884,6
18º	ago/15	-7.033,3	ago/14	1.415,9	ago/15	-53.316,3
19º	ago/17	-11.161,8	ago/15	-21.077,5	ago/18	-103.562,5
20º	ago/14	-14.373,4	ago/19	-53.265,8	ago/19	-117.970,1
21º	ago/19	-17.230,8	ago/18	-62.441,3	ago/17	-191.777,4
22º	ago/18	-20.827,1	ago/16	-86.670,2	ago/16	-210.422,6
23º	ago/16	-22.962,8	ago/17	-95.989,2	ago/20	-647.794,9
24º	ago/20	-96.096,3	ago/20	-604.084,3		